



INCLUSÃO EDUCACIONAL: COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNICACIONAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

Tarciana Silva Ramos¹
Aretusa Carla Santos Maciel²
Michele Maria de Oliveira³
Rafaela Arruda de Oliveira⁴
Raiana Barboza de Oliveira⁵
Rafaella Asfora Siqueira Campos Lima⁶

RESUMO

Este artigo enfatiza a relevância da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na escola e tem como princípio as ações realizadas através do subprojeto intitulado “Estratégias de ensino e aprendizagem para a inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Neste sentido, faz-se imprescindível a discussão sobre o uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) como Tecnologia Assistiva para o desenvolvimento comunicacional de crianças com TEA no espaço escolar, tendo em vista que ela foi criada com o intuito de auxiliar os indivíduos que possuem limitações, dificuldades ou atrasos na fala a se comunicarem. Tal recurso se faz importante para a elaboração de formas de expressão eficientes, possibilitando os alunos a elucidar as suas necessidades e vontades. Como ponto de partida para a discussão, este estudo teve como base os autores Ávila (2008), Dudas (2023), Franco (2014), Manzini (2006), Vieira e Baldin (2017), entre outros. A metodologia respaldou-se na pesquisa bibliográfica, apoiando-se nos pesquisadores supramencionados. Os objetivos fundamentam-se em discutir a importância do CAA como ferramenta, bem como os seus benefícios para a comunicação dos alunos com TEA no processo de ensino e aprendizagem. Posto isso, é possível perceber que a Comunicação Aumentativa e Alternativa se revelou uma ferramenta fundamental para atender às especificidades e a contornar as barreiras de comunicação enfrentadas por crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. Portanto, uma instituição que se alicerça na pluralidade deve buscar maneiras para a eliminação de entraves, de forma a alcançar a acessibilidade e a inclusão.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, tarciana.amos@ufpe.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, aretusa.carla@ufpe.br;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, michele.moliveira@ufpe.br;

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rafaela.arrudaoliveira@ufpe.br;

⁵ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, raiana.oliveira@ufpe.br;

⁶ Doutorado em Psicologia Cognitiva no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rafaella.sclima@ufpe.br.



Palavras-chave: Comunicação Aumentativa e Alternativa, CAA, Escola, TEA, Tecnologia Assistiva.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa refletir sobre as formas em que ocorrem a promoção da inclusão escolar nas instituições de ensino, tendo em vista que a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) busca fornecer aparatos para que as pessoas com deficiências e transtornos possam vir a desenvolver as suas habilidades de comunicação.

O artigo também tem como princípio as ações realizadas através do subprojeto intitulado “Estratégias de ensino e aprendizagem para a inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Dessa forma, os objetivos deste trabalho fundamentam-se em discutir a importância da Comunicação Aumentativa e Alternativa como ferramenta, bem como os seus benefícios para a comunicação dos alunos com TEA no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, percebemos que a CAA é uma ferramenta fundamental para atender às especificidades e a contornar as barreiras de comunicação enfrentadas por crianças com o Transtorno do Espectro do Autismo.

METODOLOGIA

A metodologia respaldou-se na pesquisa bibliográfica, apoiando-se nos pesquisadores supramencionados. Os objetivos fundamentam-se em discutir a importância da Comunicação Aumentativa e Alternativa como ferramenta, bem como os seus benefícios para a comunicação dos alunos com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no processo de ensino e aprendizagem. O autor Fonseca (2002) menciona que a pesquisa bibliográfica ocorre

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).



Dessa forma, foram realizadas leituras atentas e detalhadas acerca dos materiais que dialogam com a temática, a fim de que pudéssemos refletirmos e nos dedicarmos sobre as teorias que apoiam o trabalho científico em questão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Uma Breve História sobre o Autismo

No início do século XIX, os assuntos que envolviam o retardamento mental, hoje conhecido pelo termo deficiência intelectual, eram discutidos pelos estudiosos. No entanto, Esquirol, antes de 1820, mencionava o fenômeno utilizando o termo “idiotia” para os adultos, onde “o idiotismo era descrito como uma forma total e absoluta da loucura” (SILVA et al., 2007, p. 5). Posteriormente, através de inúmeros estudos, ocorreu uma distinção entre a loucura advinda dos adultos à doença obtida durante a infância.

Ao final da década de 1880, começaram a surgir publicações que abordavam sobre a psiquiatria infantil, visto que não havia distinção entre crianças e adultos, o que acarretava no recebimento do mesmo diagnóstico por ambos. À vista disso, podemos perceber que o termo Autismo precisou de décadas para receber essa nomenclatura, sendo reconhecido inicialmente como um “retardamento mental irreversível”. Em 1943, Leo Kanner, um importante psiquiatra austríaco, realizou um experimento onde observou onze crianças, que apresentavam determinadas dificuldades durante a interação social. Também constatou-se que elas eram inteligentes, e apesar de algumas adversidades, tinham uma boa memória e conseguiram fazer a conjugação do plural e utilizá-lo de forma exitosa. Porém, Kanner (1943), ao abordar sobre questões referentes às relações emocionais desses sujeitos, destaca que

Nós devemos, então, assumir que estas crianças tenham vindo ao mundo com uma inabilidade inata de formar o usual, biologicamente determinado, contato afetivo com outras pessoas, da mesma forma que outras crianças vêm ao mundo com deficiências físicas ou intelectuais inatas (KANNER, 1943, p. 250).

Desse modo, o autismo infantil foi nomeado pelo pesquisador como “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” (Autistic Disturbances of Affective Contact), onde concedeu certos atributos comportamentais a tal distúrbio, como a “afecção psicogênica, caracterizada por uma incapacidade da criança, desde o nascimento, de estabelecer contato com seu meio” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 43), bem como um déficit na afetividade, preferencia pela



solidão, dificuldades com o uso da linguagem, presença de comportamentos repetitivos e uma maior predominância no sexo masculino. A partir de seu estudo, Kanner (1943) menciona que:

O vocabulário incrível das crianças que adquiriram a linguagem, a excelente memória para acontecimentos ocorridos há vários anos, a fenomenal capacidade de decorar poemas e nomes e lembrar-se precisamente de seqüências e esquemas complexos, testemunham uma boa inteligência no sentido comumente aceito deste termo (KANNER, 1943, p. 247-248).

Posteriormente ao experimento realizado por Leo Kanner, inúmeros pesquisadores e instituições que pesquisavam sobre a área procuraram buscar um conceito ou uma definição para o Autismo, de acordo com as realizações sobre o tema em cada década. No ano de 1944, Johann Hans Asperger sugere a definição de Autismo para “Psicopatia Autística”, caracterizada por ser “manifestada por um transtorno severo na interação social, uso pedante da fala, desajeitamento motor e incidência apenas no sexo masculino” (TAMANHA, PERISSINOTO E CHIARI, 2008, p. 296), onde tal conceito partiu de observações realizadas através de análises do histórico familiar e de casos com viés clínicos, visto que para Bosa (2002):

Tanto Kanner quanto Asperger empregaram o termo para chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão de isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas caracteriza-se, sobretudo, pela dificuldade em manter contato afetivo com os outros de modo espontâneo e recíproco” (BOSA, 2002, p. 5).

Assim, distintos conceitos que abarcam os motivos da presença do autismo foram elencados. Nos anos 1950 a 1960, o psicólogo Bruno Bettelheim expandiu a ideia de Kanner, a qual menciona que tal fenômeno ocorre devido à “indiferença emocional das mães” (MERCADANTE; ROSÁRIO, 2009, p. 36). Nas últimas décadas, alguns pesquisadores mencionaram a “causas genéticas ou síndromes ocorridas durante o período de desenvolvimento da criança” (CUNHA, 2012, p. 19). Já o médico Michael Rutter, em 1978, propôs uma definição tendo por base quatro critérios sobre algumas características presentes no indivíduo do TEA:

- 1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental;
- 2) problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado;
- 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e
- 4) início antes dos 30 meses de idade (KLIN, 1978 apud RUTTER, 2006, p. 2).



À vista disso, para Mello (2007) “o autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social [...]” (p. 16). Dessa forma, é perceptível os avanços na área de conhecimento sobre o espectro, nos revelando a importância de estudos sobre tal temática.

No ano de 2013, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) valida as subcategorias que concernem o autismo em apenas Transtorno do Espectro Autista (TEA), ou seja, apenas um diagnóstico. Os sujeitos passam a ser diagnosticados em distintos níveis dentro do Espectro. Em 2022, através da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11), aderindo à nomenclatura Transtorno do Espectro do Autismo aos diagnósticos que anteriormente eram classificados por Transtorno Global do Desenvolvimento.

Portanto, por meio das pesquisas realizadas por diversos estudiosos de distintas décadas, podemos perceber que o autismo foi ganhando destaque, revelando que o sujeito também possui interesses, desejos, motivações, potencialidades e autonomia no seu dia a dia.

A Comunicação Aumentativa e Alternativa e a Aprendizagem de Alunos com TEA

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) tem por objetivo auxiliar os educandos com dificuldade na resolução de cálculos, escrita, leitura ou em expressar desejos, opiniões, sentimentos e vontades, além de colaborar no processo de alfabetização. Ela caracteriza-se por ser uma forma de promover estratégia ou técnica, que auxilie na comunicação, de maneira a complementar ou a substituir a fala desses sujeitos, onde são construídos de formas personalizadas, a fim de atender às características e às necessidades de cada criança, utilizando-se de cartões e pranchas de comunicação alfabéticas/palavras, vocalizadores e computadores com softwares específicos. Dessa forma, tal recurso se faz importante para que o aluno desenvolva o seu processo de ensino e aprendizagem de maneira adequada nas escolas. Para Dias (2017)

Ao se conhecer o conceito do autismo através dos critérios que definem seu comportamento, torna-se mais fácil pensar alunos autistas torna-se fundamental, pois é através do contato social dentro das escolas, que favorecerá não só seu desenvolvimento, mas também no de outros alunos, com o objetivo de aprimorar a convivência com o semelhante em suas diferenças e o aprender a respeitar uns aos outros, na medida em que possam aprender a compartilhar suas disparidades e experiências em uma nova visão no espaço escolar (DIAS, 2017, p. 19).



Assim, a instituição e o docente apresentam uma significativa função na educação do sujeito com autismo, onde é importante que estratégias sejam elaboradas, a fim de que os educandos desenvolvam as suas capacidades e interajam com os outros indivíduos. Dessa forma, metodologias de aprendizagem e ensino precisam ser produzidas para o aluno comunicar-se e desenvolver-se no ambiente escolar. É pertinente destacarmos que os conteúdos ministrados em sala de aula devem levar em consideração as potencialidades, as dificuldades, a idade e o interesse da criança, com o intuito de que ela consiga alcançar a sua autonomia, utilizando a CAA como um recurso para tais objetivos. De acordo com Bersch (2017), a tecnologia se configura como assistiva,

quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente (BERSCH, 2017, p. 12).

O uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa pode ser o único caminho para as crianças não verbais, viabilizando inúmeras oportunidades dialógicas, bem como o alcance ao currículo utilizado na unidade de ensino. À vista disso, a comunicação desempenhada através do uso da CAA caracteriza-se por expressar por meio de imagens expostas em sua prancha de comunicação, o que deseja falar. O ato de apontar para os símbolos é indispensável para que o sujeito possa se expressar. Tal sistema de comunicação nas escolas proporciona vários ganhos cognitivos, que contribuem para a permanência em sala e na participação de tarefas, tornando-as mais simples de serem realizadas. Silva (2012) menciona que

A tecnologia assistiva é um recurso que contribui de forma qualitativa, ou quantitativa, às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, pois promove maior independência pessoal, qualidade de vida, inclusão social, ampliação de comunicação, mobilidade e integração social (SILVA, 2012, p. 37).

Portanto, é notável que a CAA possibilita a autonomia da criança e a sua efetiva participação nas atividades desenvolvidas no cotidiano escolar, auxiliando de forma significativa no processo de aquisição, bem como no desenvolvimento da linguagem. Dessa maneira, desenvolve-se as possibilidades de aprendizagem e socialização na escola, propiciando a comunicação desses alunos em distintas situações no seu dia a dia na escola.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações realizadas através do subprojeto intitulado “Estratégias de ensino e aprendizagem para a inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nos revelaram os benefícios que a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) desempenha no processo de ensino e aprendizagem. No dia a dia na escola, foram realizadas atividades com o uso da CAA com os estudantes em sala de aula. Dentre elas, podemos destacar a contação de histórias infantis acompanhadas por pictogramas, tendo como escopo o de elucidar que há várias formas de comunicação na nossa sociedade. Também foram dispostas sinalizações visuais no ambiente, para que os estudantes compreendessem o passo a passo para lavar as mãos, os locais em que ficam localizadas as salas de aula, o refeitório, a biblioteca ou o parque. A formação dos professores na escola se fez pertinente para que a equipe escolar adquirisse um maior conhecimento acerca do uso de tal temática.

Na Educação Especial e Inclusiva, a nomenclatura da Comunicação Aumentativa e Alternativa se refere aos procedimentos metodológicos e técnicos favoráveis aos sujeitos que apresentam alguma deficiência, doença ou transtorno que dificulte a sua comunicação. De acordo com Franco (2014, p. 20), "a área da tecnologia assistiva que se dedica especialmente à ampliação de habilidades de comunicação é denominada Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)". Posto isso, levando em consideração a relação existente entre o docente, os familiares e a sociedade, nos educandos que apresentam especificidades - como o comprometimento da fala -, a CAA é imprescindível para que ocorra o seu processo de inclusão no ambiente escolar. Segundo Dudas:

O processo de inclusão e a participação de alunos com deficiência que não falam nas salas de aula de escolas regulares tem trazido muitas discussões e tem sido, ao mesmo tempo, um desafio aos professores e demais profissionais da educação. Em muitos casos o que ocorre é que o aluno com deficiência e que não fala acaba participando de maneira limitada da rotina escolar e pedagógica, principalmente sem instrumentos ou recursos que poderiam ajudar nesse processo, ficando apenas na posição de observador. E de outro lado, há o professor que está envolto por dúvidas sobre como ensinar, como avaliar esse aluno na ausência da fala (DUDAS, p. 87-88, 2013).

Por conseguinte, os profissionais que atendem às crianças com o Transtorno do



Espectro do Autismo (TEA) precisam ter conhecimento ao que se refere tal comunicação, visto que para Walter (2007 apud MIZAEL; AIELLO, 2013, p. 624), "70 a 80% dos indivíduos autistas não demonstram qualquer tipo de comunicação verbal ou fala com funções comunicativas". Dessa forma, tais recursos são importantes e, a fim de trabalhar os símbolos gráficos com os sujeitos em situações financeiras desfavoráveis, é necessário que sejam criadas pranchas com o uso de materiais de baixo custo para que todos, independente de classe social, tenham acesso à ela:

É importante salientar que as pranchas não são o único recurso para se trabalhar com símbolos gráficos: podem ser confeccionados também cartões de comunicação, agendas, álbuns de fotografias e tantos outros acessórios que venham a se adequar ao contexto comunicacional do sujeito (AVILA, 2011, p. 53).

Na instituição de ensino em que vem se desenvolvendo as estratégias para a inclusão dos estudantes com o Transtorno do Espectro do Autismo, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), a CAA se apresenta de forma essencial para os indivíduos que possuem a comunicação gestual, escrita ou oral comprometida, auxiliando-os a expressarem as suas vontades e necessidades. Ela tem por escopo auxiliar o estudante a compreender que, através dela, ele poderá proferir facilmente o que deseja, estimulando-o a se comunicar em sala de aula, tornando-o um ser autônomo e capaz de ampliar a sua socialização com o meio em que vive e estuda. Posto isso, os educandos com TEA não verbais ou que apresentam limitações na fala serão beneficiados com o uso das pranchas, tendo em vista que para Vieira e Baldin (2017)

[...] o transtorno do espectro autista é uma síndrome de início precoce, caracterizada por alterações marcantes no desenvolvimento da linguagem e da interação social. Há também a presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, rituais, alterações sensoriais e interesses restritos. Essas características são essenciais para que ocorra o diagnóstico e estão presentes em todos os indivíduos com o transtorno, em maior ou menor grau (VIEIRA E BALDIN, p. 2. 2017).

Ao buscar a promoção dos direitos de todos os indivíduos, a comunicação propiciada por meio da utilização da CAA possibilita que eles sejam incluídos no processo educacional e social, tendo em vista que é por meio dela que nos tornamos seres ativos e partícipes para a efetivação dos nossos ideais no espaço social, bem como lutas por direitos, democracia e entre



outros, que de maneira extraordinária proporciona a autonomia, o conhecimento, a expressão, os saberes e o respeito mútuo. Para o melhor entendimento de como ocorre a utilização das pranchas de comunicação alternativa, Avila (2011) menciona que

[...] o processo de comunicação por meio de pranchas consiste em apontar para aquilo que se deseja expressar, comunicando através das imagens, palavras contidas na prancha, ou até mesmo formando palavras a partir do alfabeto, no caso de sujeitos letrados ou em processo de letramento. O ato de apontar pode variar segundo o grau de comprometimento motor do usuário da prancha. Em alguns casos utiliza-se CAA aliada a outras tecnologias assistivas, como apontadores, vocalizadores etc (AVILA, 2011, p. 53).

Os objetivos iniciais da identificação de objetos e atos de direcionamento são de suma importância para que ocorra um bom desenvolvimento comunicacional, a partir da utilização de materiais que façam uso de imagens e ilustrações, visto que grande parte do público não possui comunicação verbal. Dessa maneira, posteriormente com a evolução da aprendizagem comunicacional, haverá uma maior e melhor frequência na utilização de tais métodos, onde cada indivíduo irá utilizar a CAA, de acordo com as necessidades do cotidiano social e educacional. Posto isso, os componentes que a compõem são os símbolos, por intermédio de gestos, pictogramas, fotos, desenhos, sinais, entre outros. Também há bibliotecas de símbolos gráficos, como o ARASAAC, o Bliss, o Picture Communication Symbols (PCS), entre outras, que foram elaboradas para auxiliar no processo de comunicação.

Por conseguinte, há algumas leis que buscam promover a inclusão e a equidade de direitos às pessoas do espectro, como a Lei Brasileira de Inclusão, de nº 13.146, criada em 6 de junho de 2015, no Artigo 1º, onde é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, p. 1). A Lei Berenice Piana, de nº 12.764, criada em 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, buscando a importância para a efetivação dos direitos ao considerar no Parágrafo 2º, que “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, p. 1). Além disso, a Lei Romeo Mion, de nº 13.977, criada em 8 de janeiro de 2020, no Artigo 1º, “altera a Lei de nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 (Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania), para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), de expedição gratuita”



(BRASIL, p. 1).

Portanto, é perceptível que a Comunicação Aumentativa e Alternativa revela-se um importante instrumento para os estudantes no espaço escolar em que atua o subprojeto do PIBID, tendo em vista que ela vem auxiliando para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem, bem como de interação do sujeito com o meio em que ele está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunicação Aumentativa e Alternativa contribui de forma significativa ao alunado, tendo em vista que ela amplia o seu vocabulário, oferecendo um suporte no desenvolvimento da fala, da compreensão, da alfabetização, do letramento, além de diminuir as problemáticas que envolvem questões sobre o comportamento. A partir disso, tais recursos mostram-se essenciais para que ele possa se comunicar na escola, a fim de que se tenha uma melhor qualidade de vida. Outro ponto a ser destacado refere-se aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aos docentes regente em sala de aula e às legislações que abarcam a inclusão desses indivíduos, pois é imprescindível o acesso à Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), bem como a formação continuada dos profissionais da educação e o direito proposto nas leis para assegurar uma educação universal e eficaz.

Dessa maneira, o ambiente escolar deve utilizar de meios que não permitam os entraves desencadeados pelas barreiras comunicacionais, programáticas, atitudinais, políticas, arquitetônicas, metodológicas e instrumentais, com o objetivo de seja construída uma educação com base equitativa e inclusiva, promovendo os caminhos para a aprendizagem dos estudantes em sua totalidade, respeitando as suas especificidades.

Assim, é notável que são inúmeras as formas de tecnologia assistiva que buscam auxiliar a comunicação, a fim de que ocorra a inclusão do alunado no ambiente escolar. Para Passerino (2012) “a importância da CAA justifica-se não pelo suporte midiático adotado, mas pelas estratégias e técnicas comunicativas que promovem a autonomia dos sujeitos em situações de comunicação” (p. 230). Portanto, uma instituição que se alicerça na pluralidade deve buscar maneiras para a eliminação dos obstáculos, de forma a alcançar a acessibilidade e a inclusão.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Barbara Gorziza. **Comunicação aumentativa e alternativa para o desenvolvimento da oralidade de pessoas com autismo**. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. Lei nº12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. [Internet]. **Diário Oficial da União**. Brasília; 27 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 08 de out. de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) [Internet]. **Diário Oficial da União**. Brasília; 6 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 08 de out. de 2023.

_____. Lei nº 13.977 de 08 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. [Internet]. **Diário Oficial da União**. Brasília; 8 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113977.htm#view>. Acesso em: 08 de out. de 2023.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infan <http://www.assistiva.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DIAS, Nadla dos Santos Dias. **Autismo: estratégias de intervenção no desafio da inclusão no âmbito escolar, na perspectiva da análise do comportamento**. O Portal dos Psicólogos (2017) Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artig>>. Acesso em 15 de nov. de 2023.

DUDAS, T.L. A comunicação alternativa como potencializadora da inclusão escolar. In: PASSERINO, Liliana Maria; BEZ, Maria Rosângela; PEREIRA, Ana Cristina Cypriano; PERES, Adriana(orgs). **Comunicar para incluir**. 1ª edição. Porto Alegre: Ponto e vírgula, 2013, p.87-88.

FRANCO, Natália de Melo. **Uma linguagem para a modelagem do vocabulário de pranchas de comunicação alternativa**. 2014. 90f. Dissertação (Mestrado em Modelagem Computacional) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

Kanner, L. (1943). Affective disturbances of affective contact. **Nervous Child**, 2, 217-250.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de**



Psiquiatria. 2006, p. 3-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2023.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para a comunicação alternativa.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, fascículo 2, 2006.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático.** 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007

MIZAEL, Tâhcita Medrado; AIELLO, Ana Lúcia Rossito. **Revisão de estudos sobre o Picture Exchange Communication System (PECS) para o ensino de linguagem a indivíduos com autismo e outras dificuldades de fala.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, nº 4, p. 623-636, out./dez. 2013.

PASSERINO, Liliana Maria. Comunicação alternativa, autismo e tecnologia: estudos de caso a partir do Scala. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Orgs.). **O Professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: Edufba, 2012, p. 223-246.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SILVA, I. M. da, CRUZ, A. M., LOBO, L. F., MORAES, L. A. de, SANTOS, L. L. M. dos, CAVALCANTE, S. de S. et al. et. (2007). **A aliança médico-pedagógica: uma genealogia do processo de exclusão/demanda.** Artigo apresentado no 14º Encontro Nacional da ABRAPSO, Rio de Janeiro.

SILVA, Gilda Pereira da. **Tecnologia assistiva como apoio à ação docente.** 2012. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2012.

VIEIRA, Neuza Maria; BALDIN, Sandra Rosa. **Diagnóstico e intervenção de indivíduos com transtorno do espectro autista.** X ENFOPE / 11 FOPIE, GT6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade. 2017.

WALTER, C. C. F. **Avaliação de um programa de comunicação alternativa e ampliada aplicado por mães de adolescentes com autismo.** 2007. 110f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.